

SEGREGAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM JUIZ DE FORA – MG: UM ESTUDO SOBRE OS GRANDES PROJETOS URBANOS NA CIDADE

Fabrcia Hauck Herdy¹

Resumo

As modificações sócio-espaciais em cidades médias e os impactos urbanos proporcionados a partir da implantação de Grandes Projetos Urbanos – GPU's são o eixo de discussão deste artigo. Para análise, apresenta-se o estudo de caso da cidade de Juiz de Fora – Minas Gerais – onde as principais intervenções urbanas, caracterizada pela maneira de planejar da era globalizada, pautados na gestão competitiva, nos projetos grandiosos e nas representações de ações estruturantes. Em análise preliminar, percebe-se que este modelo vêm exacerbando diferenças sócio-espaciais, estabelecendo relações de segregação, favorecendo a perda de identidade local (de moradores localizados próximos aos empreendimentos) e gerando supervalorização imobiliária. Na análise deste trabalho, destaca-se a região centro-sul da cidade que, representada principalmente pelos bairros Dom Bosco e Cascatinha, transparecem conflitos sócio-espaciais estabelecidos entre áreas com padrões sócio-econômicos distintos e que este fato, vem sendo agravado pela instalação de alguns empreendimentos imobiliários na região. Para melhor compreensão desta dinâmica, torna-se relevante traçar todo o histórico de ocupação dos bairros em questão, investigar atores envolvidos no processo e as características e funções que estes GPU's desempenham, para assim, entender a produção do espaço que se desencadeia na cidade.

Palavras chave: Grandes Projetos Urbanos; Transformações Sócio-espaciais; Cidade Média; Segregação

¹Geógrafa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – RJ - Brasil. E-mail: briherdy@hotmail.com

Introdução

As modificações socioespaciais e os principais impactos urbanos gerados a partir da implantação de Grandes Projetos Urbanos – GPU's em Juiz de Fora, são o eixo de discussão desta pesquisa, que os entende como intervenções pontuais, uma forma de planejar da era globalizada, pautados na gestão competitiva, nos projetos grandiosos e nas representações de ações estruturantes.

Considera-se nas análises dos GPU's, dentre outros fatores, o porte do empreendimento, os recursos financeiros aplicados (públicos, privados ou em forma de parceria) e ainda as manobras políticas realizadas para a sua implantação, sendo importante destacar, que a pesquisa apóia-se em uma metodologia desenvolvida e experimentada por uma rede de pesquisadores brasileiros², que tem por princípio uma análise multidimensional, através da observação dos pontos de ruptura em diferentes dimensões do espaço, permitindo. As dimensões especialmente trabalhadas são: política, institucional, simbólica, arquitetônico-urbanística, fundiária, sócio-ambiental e econômico-financeira.

Levando-se em conta que a idéia de GPU's, no Brasil, data da década de 1990, evidencia-se que esta prática é relativamente nova, por isso, os estudos teóricos ainda estão no início, embora já levantem uma expressiva quantidade de questões, relacionadas às mudanças institucionais nas quais os GPU's operam, implicando em novos arranjos na máquina governamental, na legislação municipal, na participação de atores privados nos processos de decisão pública e no reduzido envolvimento da comunidade nesses mesmos processos.

Vê-se assim, importância em reconhecer os impactos — positivos e negativos — desses grandes projetos sobre o espaço urbano (econômicos, físicos e ambientais - sobre a área de implantação e a população no entorno), bem como a necessidade de identificar os processos — muitas vezes velados — pelos quais são concebidos, sancionados e implementados, permitindo um olhar aprofundado e ampliação da matriz conceitual

²Os pesquisadores estão envolvidos numa articulação inter-institucional para o desenvolvimento da pesquisa *Grandes Projetos Urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira?*: financiada inicialmente pelo Lincoln Institute of Land Policy e pelo CNPq (Edital Universal 02/2006 – proponente, Carlos Bernardo Vainer). Coordena essa pesquisa Carlos Bernardo Vainer – IPPUR-UFRJ (Coordenador Geral). Pedro de Novais Lima Junior – AUR-UFJF é o vice-coordenador. Também estão envolvidos com a pesquisa: Alberto Oliveira – UFRRJ; Ana Fernandes – UFBA; Carlos Antônio Brandão – UNICAMP; Fabrício Leal de Oliveira – IPPUR-UFRJ e PCRJ; Fernanda Sánchez – EAU-UFF; Glauco Bienenstein – EAU-UFF; Mariana Fix – USP e UNICAMP; Rosa Moura – IPARDES (Paraná).

deste novo modo de planejar as cidades.

Para isso, apresenta-se como objetivos da pesquisa: a identificação, a caracterização e a comparação dos grandes projetos urbanos em Juiz de Fora, destacando ainda, uma particularidade desta proposta, que é a contextualização, no que tange a escala dos projetos, uma vez que estes se localizam em uma cidade de porte médio, o que possibilita novas reflexões entre a prática juizforana e as demais experiências brasileiras.

A pesquisa se encontra na etapa de análise e levantamento das informações sobre os GPU's selecionados para estudo, mas algumas condicionantes e importantes transformações na cidade já podem ser traçadas.

Caracterização do município de Juiz de Fora

A cidade de Juiz de Fora, com 526.706 habitantes (IBGE, estimativa para 2009), localizada na porção sul da Zona da Mata do estado de Minas Gerais, é caracterizada como uma cidade de porte médio, e de acordo com a Prefeitura Municipal, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2004), suas principais atividades econômicas encontram-se nos setores industriais e nas atividades terciárias: comércio (atacado e varejo), serviços profissionais, saúde e educação.

O aumento das atividades comerciais e o rápido crescimento demográfico na cidade (no período que vai da década de 1940 até o ano de 2000, a população de Juiz de Fora é quadruplicada), dão origem a uma demanda crescente pelo setor de serviços e de consumo coletivo. Estes fatos explicam o caráter dos principais projetos tratados aqui como GPU's – um Hospital, um Shopping Center e a duplicação de uma Avenida.

Um ponto importante em relação ao destaque regional dado à cidade, está na sua localização, considerada estratégica, por estar próxima às principais cidades do país (São Paulo – 460 km; Rio de Janeiro – 180 km; Belo Horizonte – 260 km) e portanto, dos principais mercados de consumo. Neste sentido, as condições de acesso à cidade são tratadas como fundamentais para sua inserção no mapa da globalização e são consideradas como elemento importante para garantir a desejada competitividade, atrair investimentos e servir de local para a instalação de empresas. Esta proposta veio a ser codificada no plano estratégico municipal (Plano Estratégico de JF, 2000) que, entre seus principais objetivos, destaca: “*Consolidar Juiz de Fora como cidade pólo da Zona*

da Mata, melhorando as vias de acesso à cidade, a competitividade de seu comércio e a qualidade dos serviços que oferece, especialmente nas áreas de educação e saúde”.

Nesse contexto, percebe-se as diretrizes apresentadas pelo poder público local, onde fica clara a importância do acesso, assim como a sua eficiência na prestação de serviços. Estes pontos são incorporados, na administração do município, ao projeto de cidade modelada por um plano estratégico, questão esta, bastante debatida nas discussões sobre GPU's.

Grandes projetos urbanos - GPU's

Os grandes projetos urbanos (GPU's), objeto desta pesquisa, são hoje uma das mais importantes expressões da tendência ao “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996), evidência de uma nova maneira de conceber a cidade e a ação pública e privada na escala urbana. São definidos por NOVAIS e OLIVEIRA (2007) como:

“formas complexas de articulação entre atores privados e públicos referidas ao território, acionadas a fim de superar os constrangimentos sobre a ação do Estado e garantir o envolvimento do setor privado. São justificados com base em uma representação do mundo contemporâneo que privilegia as articulações com a escala global e têm por estratégia potencializar recursos para desencadear processos de desenvolvimento econômico e promover efeitos de reestruturação no espaço urbano, apropriáveis pelos diversos atores envolvidos. No processo de sua formulação e implantação, os GPUs desencadeiam rupturas sobre os espaços físico e social, em suas múltiplas dimensões”. (NOVAIS, OLIVEIRA et al., 2007).

Esta tendência parece generalizar-se nas cidades brasileiras, na esteira de novos modelos de planejamento urbano e de intervenção urbanística que chegam dos países centrais, graças ao ativismo difusor de agências multilaterais (Banco Mundial, Habitat, PGU, PNUD) e de consultores internacionais. Assim, as cidades têm sido objeto e palco de retóricas e práticas que rejeitam o “velho planejamento territorial voluntarista e rígido” e enfatizam os “projetos estruturantes”, também chamados “grandes projetos de desenvolvimento urbano” (SWYNGEDOUW, MOULAERT, RODRIGUEZ, 2003).

Os GPU's quase sempre estão relacionados a parcerias público-privadas, processos de desregulação e privatização de serviços e espaços urbanos, marketing

urbano e retóricas que acionam o “empreendedorismo” e a competitividade (VAINER, 2000) e são justificados, muitas vezes, como única alternativa frente aos novos tempos de globalização e também como forma de dinamizar a economia. Tais modelos de intervenção, também se difundem nas médias cidades, cuja reputação parece valer-se da autoridade, da força retórica e da capacidade de mobilização de seus proponentes, como será destacado na análise a seguir, sobre a implantação de Grandes Projetos Urbanos em Juiz de Fora.

Os GPU’s e os seus principais reflexos em juiz de fora

Após reflexão sobre o contexto no qual os GPU’s se desdobram, é relevante salientar a realidade distinta de Juiz de Fora frente aos projetos estudados anteriormente (experiências sobre GPU’s nos grandes centros urbanos), devendo sempre contextualizar a importância da escala e o nível dos processos de ruptura gerados. A partir disso, e na tentativa de avaliar os impactos objetivos e simbólicos, imediatos e mediatos, pontua-se os pontos principais levados em consideração na escolha dos projetos a serem pesquisados na cidade, são eles: 1) que tenham caráter estratégico e desenvolvimentista, 2) que façam referência, em suas justificativas, a escalas espaciais que transcendam a esfera local; 3) que envolvam montante significativo de recursos aplicados, 4) que sejam resultado da articulação de atores diversos, particularmente no que diz respeito às parcerias entre os setores privado e público e, finalmente, 5) que tenham a pretensão de produzir um impacto “estruturante” no espaço urbano.

A partir desta referência, alguns projetos ganharam maior destaque na cidade e serão aqui analisados. Importantes elementos foram essenciais na escolha dos projetos, tais como: o porte, os recursos financeiros aplicados, as manobras políticas, entre outros pontos, que justificam um maior detalhamento de cada GPU, tendo como método para a investigação as multi dimensões, são eles: o Independência Shopping o Hospital Monte Sinai e a duplicação da Avenida Deusdedith Salgado.

Apresentando os projetos, destaca-se o Independência Shopping, empreendimento inaugurado em abril de 2008, idealizado por empresários que em forma de sociedade ergueram cinco pavimentos, totalizando 85.000 m², em uma área de privilegiado acesso – utilizando vias importantes de Juiz de Fora. Esta grande obra recebeu incentivos da Prefeitura Municipal que participou ativamente no processo de implantação, permutando áreas para construção, transformando áreas públicas em

pontos de infra-estrutura para o shopping, fornecendo incentivos fiscais, entre outros pontos. O shopping funciona atualmente com 150 lojas divididas em 2 pavimentos (os outros 3 são para estacionamento), ancorado por marcas de referência nacional, tendo ainda a possibilidade de ampliação do seu conjunto, que apresentada no projeto original, prevê a construção de uma torre de negócios em seu terreno.

Já o Hospital Monte Sinai, teve o início da construção do seu primeiro prédio em 1988, através de uma cooperativa efetivada com a associação de alguns médicos, que iniciaram as obras do que seria um hospital de padrões médios. Nesta época, a lei de zoneamento não permitia construção de edifícios comerciais de grande porte no local, por se tratar de uma área estritamente residencial, mas um apelo vindo da carência de novos leitos hospitalares na cidade, justificava, para a Prefeitura Municipal, a alteração da lei e atendimento ao projeto. O hospital passou a funcionar apenas em 1994, quando já se estruturava para ampliações, onde uma parte desta, foi finalizada em 2008, praticamente dobrando a sua área física e o número de leitos. A outra etapa da ampliação aguardou resolução judicial durante alguns anos, por se tratar de terreno permutado com a Prefeitura Municipal, nele, duas novas torres estão sendo erguidas próximas aos dois prédios já existentes, com projeto para 300 salas comerciais/consultórios, que separados por uma avenida, serão ligados por uma grande passarela. A proposta final do projeto do hospital, chama atenção pela grandiosidade da obra e a pretensão dos cooperados de que este vire uma referência nacional.

A duplicação da Deusdedith Salgado, tem em seu projeto a implantação de pista dupla no seu trajeto, desde o Parque Ecológico da Lajinha até a BR-040, sob o discurso de melhorias nas condições de segurança, conforto e deslocamento do tráfego e estímulo ao desenvolvimento comercial da região. Esta obra é um projeto de parceria entre a Prefeitura e o Governo estadual, onde o trecho duplicado possui 3,6 km de extensão. A licitação foi realizada em 2000, as obras, iniciadas em julho de 2005 e concluídas em 2009. A proposta de duplicação da via, foi resultado de estudos do Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais, que indicavam o esgotamento das condições de suporte de tráfego, portanto sem, a princípio, a visão macro do papel estratégico que a Deusdedith Salgado poderia desempenhar em Juiz de Fora. Quando sua implantação foi garantida, o projeto foi adotado pela Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica do município, que enxergou na obra uma possibilidade de dinamizar

a economia municipal.

Ponto chave do trabalho, a relação entre os projetos e as dimensões, serão agora destacados:

Dimensão Política: Analisando o GPU – Independência Shopping - consta-se que este foi idealizado por um grupo específico de investidores locais, que atualmente expressa um grande domínio sobre os investimentos imobiliários de maior porte na cidade, se fortalecendo e conquistando maior espaço nas decisões políticas do município. O projeto, trata-se de uma obra com caráter privado, contudo, destaca-se a relevância das parcerias estabelecidas junto à Prefeitura Municipal desde o processo de implantação ao atual funcionamento. Tais medidas foram determinantes para a sua viabilização e neste processo aparece a efetivação de permutadas entre as duas partes, concessão pelo município de isenções fiscais e alteração das leis de uso e ocupação do solo. Não se percebe nenhuma grande objeção ao projeto, seja pelo poder executivo, legislativo ou mesmo pelas comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento. Em relação ao Hospital Monte Sinai, pontua-se que também é de cunho privado, mas que igualmente ao shopping fez parte do processo a ativa participação do poder público local, promovendo alterações nas leis de uso e ocupação do solo e processos de trocas de áreas com a Prefeitura a partir de prestação de serviços hospitalares. Já a Avenida Deusdedith Salgado, apresenta outro caráter, pois trata-se de obra pública, sustentada na crença de que o investimento público em infra-estrutura — no caso, um espaço tanto de permanência para atividades comerciais, quanto de fluxo e trocas com outras localidades. Outro ponto importante a ser destacado, é a aproximação de duas esferas de governo para a realização da obra: a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e o Governo do Estado de Minas Gerais.

Dimensão Institucional: Em análise realizada no período de implantação do shopping, percebemos que as práticas de gestão urbana da cidade vinham de propostas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Estratégico da Cidade, onde são priorizadas a participação do setor privado na realização dos investimentos locais, seja ele feito através de parcerias com o setor público ou mesmo de forma individualizada. Percebemos que no caso específico do Independência Shopping, as decisões maiores ficaram a cargo de investidores, pelo caráter privado da obra, contudo, o envolvimento do poder público foi evidente e determinante no processo de implantação, como já

mencionado na dimensão política, o mesmo fato se aplica ao Hospital Monte Sinai, que também se trata de uma obra privada, com inúmeras concessões permitidas pelo poder público local. Já em relação à duplicação da Avenida a questão institucional torna-se mais sensível, pela aproximação de duas esferas governamentais, acompanhada de setores específicos no seu acompanhamento, por parte Estadual a gestão do projeto, feito pelo Departamento de Estradas e Rodagem e por parte da Prefeitura, as negociações de desapropriação, no setor de Políticas Públicas e o acompanhamento também pela Secretaria de Planejamento Estratégico.

Dimensão Simbólica: Sobre o Independência Shopping, destacamos as informações vinculadas nos panfletos de divulgação do shopping center, direcionado a possíveis lojistas e também nos principais jornais da cidade. Neles percebemos a ideia apresentada, que seria a de atender a uma demanda não só local, mas também regional (Zona da Mata e cidades do Estado do Rio de Janeiro), e embora já existissem outros estabelecimentos com a classificação de shopping center, o Independência Shopping, sempre foi apresentado como o pioneiro neste segmento na cidade. Nas palavras dos investidores e de alguns representantes do poder público, o shopping seria um dinamizador econômico e responsável pelo aumento de oportunidades de empregos na cidade, por isso, justificava a suas práticas de incentivo e participação direta na implantação do shopping center, pois o projeto representaria um 'novo momento para cidade'. Quanto ao Hospital, justificava-se a obra inicial, pela falta de leitos hospitalares na cidade, e após os projetos de ampliação o discurso base se pauta da possibilidade de transformação do hospital em referência nacional, alguns mencionam até a abrangência sulamericana. Quanto à duplicação da Avenida, pautada no plano estratégico da cidade, justificava-se na retórica, como um projeto com impacto no dia-a-dia das pessoas, de requalificação da estrutura urbana da cidade, melhorando a sua mobilidade interna, buscando integrá-la ao seus recursos naturais, consolidando como espaço de excelência em gestão pública, entre outros fatores.

Dimensão Arquitetônica-Urbanística: No caso do Independência Shopping um grupo responsável por estabelecimentos comerciais deste porte em grandes centros urbanos foi contratado para executar a obra, este grupo é responsável por padronizações, onde modelo de lojas, praças de alimentação, estacionamento, seguem uma linha, por isso a semelhança entre alguns shoppings centers no país. No que tange

ao elemento urbanístico, destacamos que o Independência Shopping promove a consolidação de uma centralidade na cidade, onde a concentração de investimentos imobiliários, tem se tornado cada vez mais evidente e constante. Em relação ao Hospital, a grande preocupação é com o fluxo de pessoas que circularão na região, pela dimensão da obra final e da proposta de 300 salas funcionando como consultórios médicos, somados a isso, pontua-se dois fatos: o da via já estar saturada e da proximidade do Independência Shopping que também demanda fluxo considerável de pessoas por dia. O projeto final do hospital, demonstra grande preocupação com a parte arquitetônica, com uma obra grandiosa, rompendo com algumas características e referenciais espaciais próximos. A preocupação em relação à Deusdedith Salgado, é sobretudo era urbanística, uma tentativa de facilitar o acesso e melhorar a mobilidade na cidade.

Dimensão Fundiária: Nesta dimensão, destacamos que o projeto do Independência Shopping promoveu um aumento considerável na valorização imobiliária na região, seguido de um aumento no imposto predial e territorial urbano – IPTU, onde o acompanhamento ano a ano, mostrou reajustes consideráveis no entorno do projeto após a sua implantação. Em relação ao Hospital, não foi constatada, pelo menos, não diretamente, nenhuma alteração em relação à valorização imobiliária, que, por estar na mesma região do shopping, mostrou alteração somente após construção deste último. Já na Deusdedith Salgado, uma avaliação mais criteriosa deverá ser feita, uma vez que mesmo a obra sendo considerada finalizada, algumas intervenções ainda estão sendo feitas, não possibilitando uma análise ampliada sobre o processo de valorização do entorno.

Dimensão Sócio-Ambiental: Ambientalmente, em relação ao Shopping, foram seguidas as regulamentações e leis locais no seu processo de implementação. Contudo, deve-se destacar que legalmente a cidade encontra-se deficitária, uma vez que as leis utilizadas datam de 1986 e não trazem nenhuma especificação sobre a construção de shopping centers. Ambientalmente o Hospital têm as suas obrigações específicas e mais severas, inclusive pelos resíduos contaminados produzidos, contudo, hoje, a maior preocupação gira em torno da construção da torre com 300 unidades, já que será construída em uma encosta, onde grandes obras de engenharia deverão ser empregadas para que não ocorra maiores problemas ambientais. Em relação à avenida, inúmeros

problemas de alagamento e deslizamentos de encostas inviabilizaram a utilização da via por alguns períodos, hoje a situação encontra-se controlada.

Socialmente a construção do shopping trouxe à tona questões polêmicas, uma vez que um dos bairros vizinhos ao shopping representa uma área de interesse social (PDDU, 2004) e levanta-se os possíveis processos de segregação evidenciados a partir da implantação do projeto. Este mesmo bairro, faz divisa direta com o Hospital, onde já existiram inúmeros embates entre os moradores em relação ao empreendimento, hoje a situação é contornada com a manutenção, pelo hospital, de uma unidade de saúde básica no bairro. Em relação à avenida, socialmente não há nenhuma questão diretamente ligada à sua duplicação, pelo menos, até o presente momento da pesquisa.

Dimensão Econômico-Financeira: Podemos destacar que para a cidade, o montante investido no projeto do Independência Shopping, é de grande volume, contudo a discussão neste momento fica um pouco mais restrita, por se tratar de uma obra de investimento privado, portanto, a composição do capital direto, coube aos investidores, sendo o auxílio do poder público, dado somente de forma indireta (permutas, isenções fiscais, etc.). A possível distribuição, pelo território, dos impactos positivos advindos do funcionamento do shopping foram diluídos pela isenção cedida aos lojistas por dez anos, diminuindo neste período, a possibilidade de gerar melhorias urbanas na região. Em relação ao Hospital, também de investimento privado, do ponto de vista fiscal gera receita, que em alguns casos, também são diluídas e abatidas no atendimento de algumas emergências de usuários do Sistema Único de Saúde, assim como ocorreu na aquisição do terreno onde funcionará as 300 salas. Em relação à avenida, vários impasses se deram ao longo da obra, paralisada em vários momentos, justamente por questões ligadas a verba, a obra foi apresentada com um orçamento de sete milhões de reais.

Considerações finais

Foram apresentados neste artigo, os principais pontos de ruptura analisados na pesquisa em referência aos GPU's e todo o seu reflexo na cidade de Juiz de Fora. Os seus desdobramentos servem para a compreensão do momento em que a cidade vive, da sua forma de planejar e também fornece subsídios para questionamentos futuros sobre a representação destas mudanças no espaço.

A capacidade de transformação urbana através dos GPU's demonstra a importância em se desenvolver outros trabalhos que se dediquem a examinar projetos do gênero, como estratégia para pensar a penetração dessas práticas pelo interior do Brasil, refletir um pouco mais sobre o seu conceito, para tratar do modo como esses empreendimentos têm contribuído para mudar as práticas de gestão e planejamento das cidades.

Referências bibliográficas

- ALTSHULER, A; LUBEROFF, D. Megaprojects. The changing politics of urban public investments. Washington: Brookings Institution Press, Lincoln Institute of Land Policy, 2003.
- CHADOIN, O; GODIER, P.; TAPIE, G.. Du politique à l'oeuvre. Bilbao, Bordeaux, Bercy, San Sebastián. Paris: Editions de l'aube, 2000.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e Debates, nº 39, p. 48-64, 1996.
- IBGE, Estimativa Populacional para Juiz de fora. Sítio eletrônico, disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso 06 em abril de 2010.
- MOULAERT, F.; RODRIGUEZ, A.; SWYNGEDOUW, E. (eds). The Globalized City: Economic restructuring and social polarization in European cities. Oxford, Oxford University Press, 2003.
- NOVAIS, P., F. L. OLIVEIRA, *et al.* Grandes Projetos Urbanos: Panorama da Experiência Brasileira. XII Encontro Nacional da ANPUR: Integração Sul-Americana, Fronteiras e Desenvolvimento Urbano e Regional. Belém: ANPUR, 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004.
- _____, Plano Estratégico da cidade de Juiz de Fora. Sítio eletrônico, disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br>. Acesso em: 02 de março de 2010.
- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis : Vozes, 2000.